



Advogado apela a que se deixem mudanças em “medidas fiscais estruturantes” para o próximo Governo.

## “Crítico a excessiva detenção para primeiro interrogatório”

**Direito Fiscal e Penal** ■ Samuel Fernandes de Almeida, *managing partner* da nova sociedade de advogados MFA Legal, foi o mais recente convidado do programa “Falar Direito” do Jornal Económico.

**Mariana Bandeira**  
mbandeira@medianove.com

O fiscalista Samuel Fernandes de Almeida, que fundou recentemente a MFA Legal com João Medeiros, considera que todos os agentes do sector da justiça, incluindo os advogados, têm uma “especial responsabilidade” em não contribuir para a descredibilização dos órgãos de soberania. Porém, lança uma crítica ao “recurso excessivo”, por parte do Ministério Público, da detenção para interrogatório ou primeiro interrogatório.

“Acho que é algo que deve merecer a ponderação da procuradoria”, afirmou, no *podcast* “Falar Direito” do Jornal Económico (JE). “Cabe-nos a todos contribuir para que os cidadãos possam confiar no sistema de justiça e para o seu aperfeiçoamento, sem deixar de criticar a atuação dos diversos agentes da justiça quando tal se impõe. Eu próprio o fiz”, explicou ao programa de advocacia do JE.

Samuel Fernandes de Almeida e João Medeiros, ex-sócios da VdA, apresentaram na semana passada o nome do novo projeto criado pela dupla, cujo foco será Direito Fiscal, Direito Crimi-

nal e gestão de risco. A boutique chama-se MFA Legal e terá cerca de dez colaboradores.

O *managing partner* deste escritório comenta ainda, no *podcast* do JE, a atualidade político-económica, referindo que o Orça-

mento do Estado para 2024 é um “orçamento ferido na sua legitimidade política”. “Portanto, devia cingir-se ao mínimo dos impactos em termos de estruturação de políticas, nomeadamente fiscal”, alertou.

Lembrando que o PS apresentou uma proposta para alterar os termos do regime especial aplicável aos residentes não habituais, criando uma fase transitória, Samuel Fernandes de Almeida lança um apelo ao partido e ao Executivo: “Retire a proposta no que diz respeito ao fim e à revogação do regime, deixando essa decisão para o próximo Parlamento e para o

próximo Governo”. Um apelo que abrange essa e todas as outras medidas fiscais estruturantes.

“O país precisa de instrumentos de captação de investimento estrangeiro e nós estamos a passar as mensagens erradas na pior altura possível. Já limitámos este ano o âmbito do regime das autorizações de residência por via do chamado *golden visa*. Estamos a dar este sinal num período em que existe muita incerteza no que diz respeito à economia europeia”, argumentou, esclarecendo que apoia a revisão se a mesma tiver uma verdadeira análise prévia e incluir soluções alternativas.

**Todas as semanas, ouça o podcast Falar Direito em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt), no Spotify, Apple Podcast e outras plataformas**